

**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO REGIONAL DE PINHEIROS DA COMARCA
DE SÃO PAULO – SP**

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

A EXMA SENHOR(A). DOUTOR(A). JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO REGIONAL DE PINHEIROS DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP, DRA. MARINA DEGANI MALUF, na forma da lei, etc., FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou conhecimento dele tiverem, e interessar possa, que, por intermédio do LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL Gustavo C. S. Reis, Matrícula 790, com endereço comercial a Rua Amaro Cavalheiro, 347 Cj. 2620, Pinheiros – São Paulo – Capital – Edifício Thera Faria Lima, fará realizar LEILÃO PÚBLICO JUDICIAL ELETRÔNICA, para alienação do (os) bem (ns) abaixo descrito (os), pela maior oferta, no estado de ocupação e conservação em que se encontra (am), regendo-se o presente leilão pelo artigo 882 do CPC, e demais disposições legais vigentes, bem como, as condições estabelecidas neste edital e eventuais anexos. Salienta-se que os bens serão apregoados pelo preço mínimo que o Juízo fixar (artigos 881 e 886, II, CPC), considerando-se vil o preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz e constante deste Edital.

AÇÃO: INVENTÁRIO - INVENTÁRIO E PARTILHA

PROCESSO Nº 0461735-20.1992.8.26.0011

REQUERENTE: WLADMIR ALVES GUIMARAES E (INVENTARIANTE) GABRIELA DA CONSOLAÇÃO DINIZ

INVENTARIANTE: GABRIELA DA CONSOLACAO DINIZ

HERDEIRO: ALEX ALVES GUIMARÃES

REQUERIDO: EDUARDO SANTOS GUIMARAES – ESPOLIO

TERCEIRO INTERESSADO: CARLOS ROBERTO JANUÁRIO

INTERESSADO: RENATO RAMOS

INTERESSADO: ALVARO LOPES SOBRINHO

INTERESSADO: EDUARDO RODRIGUES PAPA

TERCEIRO INTERESSADO: LEILA RIBEIRO CALDAS

TERCEIRO INTERESSADO: GRAZIELA GONÇALVES DINIZ GUIMARÃES

ADVOGADOS: PATRÍCIA FERREIRA DOS SANTOS SOUZA (OAB 275214/SP), KARINA REIS DA FONSECA (OAB 325623/SP), RUBENS DE OLIVEIRA (OAB 15132/PR), ELIO GALARZA GARCIA (OAB 77054/SP), EVANDRO ALVES FERREIRA (OAB 32792/MG), MARIO EDUARDO ALVES (OAB 23374/SP), MARCIO GONCALVES DE PAULA (OAB 113530/SP), IVANIR APARECIDA PEREIRA DE CAMPOS (OAB 97533/SP), RENATO RAMOS (OAB 59220/SP), HELIO APRIGIO DE BRITO (OAB 31842/SP), DALSON DO AMARAL FILHO (OAB 151524/SP), WALDEMAR ROSOLIA (OAB 15132/SP)

HABILITAÇÃO: Os licitantes interessados em participar do certame licitatório, deverão se cadastrarem no "portal" do leiloeiro, sito eletrônico, www.gustavoreisleiloes.com.br, e encaminharem os documentos exigidos pelo (os) leiloeiro (os) em seus exatos termos, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do horário de encerramento indicado no presente edital.

Serão aceitos os lances para o primeiro leilão através do portal gustavoreisleiloes.com.br a partir do dia 02 de setembro de 2024 ao dia 05 de setembro de 2024 às 14h20min. **(DATA OFICIAL DA REALIZAÇÃO E ENCERRAMENTO DO 1º LEILÃO)** e ainda, enquanto sobrevier lances. Não havendo licitante que ofereça preço maior ou igual ao lance mínimo estabelecido no primeiro leilão, será iniciado a realização do segundo leilão que se manterá aberto a lances até o dia 25 de setembro de 2024 até 14h20min. **(DATA OFICIAL DA REALIZAÇÃO E ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO)** e ainda, enquanto sobrevier lances.

VENDA DIRETA: Caso os leilões resultem negativos, o leiloeiro promoverá a venda direta do bem pelo prazo de até 90 dias, ao primeiro interessado que oferecer proposta que respeite as mesmas condições do segundo leilão, através do sítio eletrônico www.gustavoreisleiloes.com.br, onde este deverá estar devidamente cadastrado, aprovado e habilitado para apresentação de proposta.

CONSTATAÇÃO DA SITUAÇÃO DO BEM: Fica o Leiloeiro Público Oficial ou pessoa por ela designada autorizada a constatarem a atual situação do (s) bem (ns) penhorado (s), bem como fotografá-los e ainda investigar e solicitar certidões em caráter de URGÊNCIA do (s) bem (ns) nas Prefeituras Municipais, Detran/CIRETRAN, Cartórios de Registro de

Imóveis e/ou Tabeliões, INCRA e etc., e ainda outros órgãos públicos que se fizerem necessários e demais credores.

VISITAÇÃO DOS INTERESSADOS: Para que seja possível a visitação dos licitantes no bem de interesse, é necessário que estes estejam devidamente cadastrados e habitados no sítio eletrônico www.gustavoreisleiloes.com.br, bem como o interesse deve ser formalizado através do e-mail juridico@gustavoreisleiloes.com.br, para que a equipe do Leiloeiro Público Oficial tenha conhecimento e dê andamento junto ao Juiz do respectivo processo.

LANCE MINIMO: Os bens poderão ser arrematados por quem oferecer o maior lance, excluído o preço vil, já fixado em valor inferior a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação atualizado de acordo com art. 891 do CPC. **Nas hipóteses de imóvel de incapaz o valor mínimo não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da avaliação, de acordo com artigo 896 do mesmo diploma legal.** A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns.

COMISSÃO: A comissão devida ao Sr. Leiloeiro será de 5% sobre o valor pelo qual for alienado o bem, devendo esta, em caso de arrematação, ser paga pelo arrematante mediante transferência bancária ou depósito na conta do Leiloeiro Oficial, Sr. Gustavo Reis, que será informada ao arrematante através de e-mail (Artigo 884, parágrafo único do CPC e artigo 24, parágrafo único do Decreto no 21.981/32). O pagamento da comissão deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo Leiloeiro. Em caso de pagamento da execução, acordo, adjudicação, renúncia, remição e conciliação, fica o executado responsável pelo pagamento do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de avaliação do bem ao Leiloeiro Público Oficial. A comissão do leiloeiro será devida a partir da publicação do edital.

PARCELAMENTO: Caso haja interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, este poderá, após a aprovação de sua habilitação no sítio eletrônico www.gustavoreisleiloes.com.br, apresentar proposta informando seu interesse no parcelamento, através do e-mail juridico@gustavoreisleiloes.com.br, nos termos do artigo 895 do Código de Processo Civil.

A opção de oferta de lance parcelado no sítio eletrônico deste Leiloeiro Público Oficial ficará disponível ao licitante somente após o envio da proposta por e-mail, bem como, após a aprovação de seu cadastro e habilitação no leilão de interesse, sendo possível nesse caso, a oferta de lance parcelado sobre lance a vista.

Em leilões de bens imóveis serão aceitas propostas nos seguintes termos: entrada de no mínimo 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 meses.

AUTO DE ARREMATÇÃO E CARTA DE ARREMATÇÃO: Os bens serão alienados pelo maior lance, sendo realizada a juntada do auto de arrematação assinado pelo Leiloeiro Público Oficial e pelo arrematante, para que o Juiz do processo respectivo, proceda a lavratura do referido auto. Cientifique-se os interessados que a carta de arrematação é expedida pelo juiz do processo após o decurso dos prazos legais vigentes, e que, para tanto, será necessário que o arrematante tome as providências exigidas pela secretaria, como por exemplo: providenciar as cópias dos documentos pertinentes do processo, emitir e pagar as guias referentes ao serviço de expedição da carta de arrematação, além de comprovar nos autos. **Anote-se que tais providências deverão ser esclarecidas através do profissional Advogado(a) constituído pelo arrematante diretamente na secretaria do processo pelo escrevente responsável e são de inteira responsabilidade do arrematante.** Cumpre ainda, esclarecer ao arrematante que após a emissão do auto de arrematação e pagamento dos valores devidos, cabe a ele acompanhar seu aperfeiçoamento nos autos.

Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma, de acordo com o artigo 903 do CPC.

Em não havendo licitante, o Sr. Leiloeiro Público Oficial irá subscrever o auto negativo de leilão e providenciará a juntada nos autos.

RETIRADA DOS BENS: Nos casos em que os bens forem produtos de estoque rotativo a (s) executada (s) deverão emitir Nota Fiscal a cada retirada do bem penhorado pelo arrematante, e garantir que o PRODUTO atenda a todas as especificações técnicas exigidas e demais obrigações previstas na lei

vigente. Os tributos incidentes sobre a operação deverão ser recolhidos segundo as legislações federal e estadual vigentes, sendo que as executadas/produtoras respondem pelos tributos devidos até a emissão da nota fiscal de entrega/venda dos produtos arrematados. Somente então ficará a tributação ao encargo do arrematante, conforme a praxe.

BENS: As imagens dos bens constantes no site www.gustavoreisleiloes.com.br, são meramente ilustrativas. Os arrematantes receberão os bens no estado declarado no auto de penhora e a alienação far-se-á em caráter "ad corpus" nos exatos termos do que dispõe o artigo 500, parágrafo terceiro, do vigente Código Civil, motivos pelos quais deverão verificar por conta própria a existência de vícios.

Os bens são vendidos no estado em que se encontram, não cabendo reclamações posteriores acerca de circunstâncias que puderem ser conhecidas ou observadas antes do oferecimento dos lances, tais como, procedência, revisões realizadas ou não, eventuais débitos e restrições, além daquelas informadas, bem como vícios ou defeitos, ocultos ou não, e ausência de peças, devendo os interessados, sobretudo, vistoriar os bens, ressalvada eventual restrição administrativa para a vistoria presencial.

MEACÃO: Nos termos do artigo 843, do CPC, independentemente da modalidade que seja o leilão, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. Nessa hipótese, a arrematação deverá se dar sobre a totalidade do bem, devendo o valor correspondente à quota-parte do coproprietário ou cônjuge ser depositado à vista, em conta judicial à disposição do Juízo, e sempre calculado sobre o valor da avaliação (art. 843, §2o, CPC). Fica reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

PECULIARIDADES: Os produtos de venda e/ou armazenagem controlados (ex. combustível, inflamáveis, remédio, produtos bélicos e etc.), o arrematante deverá obedecer às regras impostas pelo órgão responsável, ter autorização e comprovar este direito mediante documentação em seu original e ou cópia autenticada para dar lances e arrematar. Em caso de arrematação de combustíveis à vista da peculiaridade do bem penhorado, constituído de grande quantidade de álcool hidratado (etanol) destinado ao uso como combustível em



GUSTAVO REIS

LEILÕES DESDE 2008

BRAZILIAN AUCTIONS

motores de combustão interna de ignição por centelha, cujo abastecimento nacional é regulado pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a alienação em hasta pública deverá obedecer às regras impostas por referida Agência Reguladora. Com fundamento nos arts. 4o e 6o de mencionada Resolução, somente poderão adquirir e comercializar o produto objeto da penhora outro fornecedor, distribuidor ou operador de etanol, devidamente cadastrados na ANP. Da mesma forma, as executadas, na qualidade de fornecedoras do produto penhorado, também deverão observar cumprir a Resolução 43, em especial, as regras contidas no art. 5o e 12, no momento da retirada do produto no caso de se efetivar a arrematação. A arrematação se dará pela modalidade FOB (Free on Board - Livre a Bordo), na qual onde o arrematante comprador assume os custos pela contratação do frete e seguro da mercadoria. Assim, o arrematante providenciará a retirada do produto arrematado junto à Unidade das executadas/produtoras, mediante o envio de caminhão-tanque, vagão-tanque, ou outro meio transportador que melhor atenda a operação. As executadas entregarão o produto da arrematação contido em suas instalações ao caminhão-tanque, vagão-tanque, ou outro meio de transporte do transportador designado pelo arrematante, sendo as executadas responsáveis pelo carregamento. As executadas deverão emitir Nota Fiscal a cada retirada do bem penhorado pelo arrematante, e garantir que o PRODUTO atenda a todas as especificações técnicas da ANP - Agência Nacional de Petróleo, devendo anexar certificado de análise do tanque expedidor dos produtos arrematados à respectiva Nota Fiscal, sem prejuízo das demais obrigações previstas na lei vigente. Os tributos incidentes sobre a operação deverão ser recolhidos segundo as legislações federal e estadual vigentes, sendo que as executadas/produtoras respondem pelos tributos devidos até a emissão da nota fiscal de entrega/venda dos produtos arrematados. Somente então ficará a tributação ao encargo do arrematante.

IMPEDIMENTOS: Faz-se constar, ainda, consoante o artigo 890 do Código de Processo Civil, que poderão oferecer lance quem estiver na livre administração de seus bens, com exceção:

I - Tutores, dos curadores, dos testamenteiros, dos administradores ou dos liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade; II - Mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados; III - Juiz, do membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, do escrivão, do

chefe de secretaria e dos demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade;

- IV - Servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta;
- V - Leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados;
- VI - Advogados de qualquer das partes.

ÔNUS: Aos interessados em arrematar bens imóveis, fica esclarecido que os arcarão com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre os bens, exceto os relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, tal como IPTU, os quais sub-rogam-se sobre o respectivo preço, já que a arrematação de bem em hasta pública é considerada como aquisição originária, inexistindo relação jurídica entre o arrematante e o anterior proprietário do bem (aplicação do artigo 130, parágrafo único, do CTN). Os tributos são devidos, a cargo do arrematante, somente a partir da data em que o Juízo defere a arrematação e assina o respectivo auto. Caberá à parte arrematante indicar nos autos referidos débitos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da carta de arrematação a fim de que seja retido de eventual valor remanescente da execução e paga a dívida ou, inexistindo valores, seja expedido ofício ao órgão público competente a fim de promover a cobrança e/ou inscrever a dívida em dívida ativa, em responsabilidade do anterior proprietário.

ADVERTÊNCIA: Aos participantes do Público Leilão Eletrônico, é defeso alegar desconhecimento das cláusulas deste Edital para se eximirem das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal na forma dos artigos 335 e 358, ambos do Código Penal Brasileiro. Ressalvados os casos previstos em lei, aquele que desistir ou não efetivar o pagamento da arrematação, na forma prevista neste edital, estará automaticamente impedido de participar de outras hastas públicas da Justiça do Estado, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais cabíveis à espécie. "Art. 335 Código Penal" Ficam advertidos os interessados e os que acompanharem as hastas públicas aqui mencionadas que, constitui crime, impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal,

ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem. Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa, além da pena correspondente à violência. Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida.

DISPOSIÇÕES FINAIS: A participação no presente público leilão implica, na concordância e aceitação de todos os termos e condições deste "Edital de Leilão Público", bem como submissão às demais obrigações legais vigentes, no momento em que for dado o lance. Os arrematantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados. No caso de o arrematante desistir da arrematação ou não efetuar os pagamentos devidos, poderão ser convocados para exercer o direito os demais lançadores, sucessivamente, na ordem decrescente e pelos seus respectivos lances. Qualquer informação poderá ser obtida no escritório da Gustavo Reis Leilões através do telefone: (11) 5170-0707, ou ainda, através do e-mail: juridico@gustavoreisleiloes.com.br.

O Leiloeiro Público Oficial ora designado encontra-se em consonância a nomeação dos Auxiliares de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP).

INTIMAÇÕES: Eventuais credores preferenciais, senhorios diretos, usufrutuários, ou mesmo credores com garantia real ou com penhora anteriormente averbada, que não sejam de qualquer modo parte na execução, ficam, desde já, INTIMADOS da data e horário da hasta virtual e do prazo de 05 (cinco) dias, para habilitarem seus respectivos créditos, a contar da data da publicação deste edital. Pelo presente edital, ficam ainda, INTIMADOS do leilão os devedores, responsáveis tributários e coproprietários dos bens móveis ou imóveis penhorados e hipotecados, caso não seja possível sua intimação pessoal por mandado ou carta de intimação. Os depositários dos bens penhorados ficam também INTIMADOS a apresentarem os bens sujeitos à sua guarda que não tenham sido encontrados, ou depositarem judicialmente o seu valor devidamente corrigido, no prazo de 5 (cinco) dias a partir da data da publicação deste edital.

Localização do (s) bem (ns): Rua Alvarenga nº 2.265, São Paulo/SP.

Descrição do (s) bem (ns) penhorado (s): Um terreno à Rua Alvarenga, constituído pelo lote 16, da quadra 55, do Bairro do Butantã, no 13º Subdistrito, Butantã, localizado do lado esquerdo de quem vai da rua Engenheiro Teixeira Soares para a Praça Alberto Rangel, distante 169,00ms do ponto (no lote 3 da mesma quadra), onde começa a curva da esquina da Rua Alvarenga com a Rua Engenheiro Teixeira Soares; medindo 12,00ms de frente, 51,00ms da frente aos fundos, de ambos os lados, 12,00ms nos fundos com a área de 612,00m², confinando do lado direito com o lote 17, do lado esquerdo com o lote 15, ambos de propriedade da Companhia City e nos fundos com a linha de transmissão da Light And Power. Contribuinte nº 200.002.0029-6. Matrícula nº 53.605 do 18º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. Conforme laudo de avaliação (fls. 4166/4188), o imóvel está localizado na Rua Alvarenga, nº 2.265, Lote 16 e tanto fisicamente quanto do ponto de vista fiscal o lote 16 está unificado com o lote 15; para o lote 16 foi estimada a área de 261,73m² de construção. Eventuais regularizações registrais e cadastrais serão de responsabilidade do Arrematante.

Av.3/53.605 – PENHORA – O imóvel foi penhorado nos autos nº 0274-1997-070 - 70ª Vara do Trabalho da 2ª Região desta Capital, movida por Alvaro Lopes Sobrinho em face de Telesparker Digital Serviços Digitais Ltda.

Valor atualizado: R\$ 2.256.253,93 (dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos) para junho de 2024.

Valor no 2º Leilão (60%): R\$ 1.353.752,36 (um milhão, trezentos e cinquenta e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos).

Débitos de IPTU 2024: R\$ 48.921,64 (quarenta e oito mil, novecentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos) até 28 de junho de 2024.

Débitos Dívida Ativa: R\$ 2.444.068,30 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, sessenta e oito reais e trinta centavos) até 28 de junho de 2024.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 2261), expedido nos autos do processo nº 00150.2002.005.17.00-2, em trâmite perante a 5ª Vara do Trabalho de Vitória/ES, movida por Alessandro Gomes de Souza.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 2474), expedido nos autos do processo nº 01427/01-00, em trâmite perante a 10ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, movida por Levi Barbosa de Freitas.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 2484), expedido nos autos do processo nº 0106200-81.2006.5.02.0085, em trâmite perante a 85ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, movida por José Augusto Furquim.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 2485), expedido nos autos do processo nº 00400-2002-004-03-00-4, em trâmite perante a 4ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, movida por Sergio Luiz Pinto Nunes.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 2624), expedido nos autos do processo nº 09296-2000-016-09-00-9, em trâmite perante a 16ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, movida por Carlos Roberto Senna.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 2631), expedido nos autos do processo nº 0025700-37.2006.5.02.0082, em trâmite perante a 82ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, movida por João Ramiro Santos.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 2634), expedido nos autos do processo nº 01685/01-00, em trâmite perante a 31ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, movida por Antonio Martins Santos.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 2658), expedido nos autos do processo nº 00199-2003-059-02-00-0, em trâmite perante a 59ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, movida por José Cabral de Arruda.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 2726), expedido nos autos do processo nº 583.00.1976.903916-1/000004-000, em trâmite perante a 13ª Vara Cível do Foro Central, movida por Alarbank Indústria e Segurança Ltda.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 2731), expedido nos autos do processo nº 0177700-41.2003.5.02.0045, em trâmite perante a 45ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, movida por Cristiano Alex Enge.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 2863), expedido nos autos do processo nº 0120400-34.2005.5.03.0010, em trâmite perante a 10ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, movida por Procuradoria da Fazenda Nacional.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 3003), expedido nos autos do processo nº 0053700-33.2002.5.02.0035, em trâmite perante a 35ª Vara do Trabalho de São Paulo, movida por Arlan Bento de Souza.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 3043), expedido nos autos do processo nº 0000433-47.2013.5.02.0008, determinada pela Central de Precatórias do TRT da 2ª Região, em ação movida por Nelson Pacheco de Almeida.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 3296), expedido nos autos do processo nº 0023400-52.2005.5.02.0013, em trâmite perante a 13ª Vara do Trabalho de São Paulo, movida por Ana Lucia da Conceição Andrade de Moraes.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 3303), expedido nos autos do processo nº 0000841-64.2013.5.02.0064, em trâmite perante a 64ª Vara do Trabalho de São Paulo, movida por Iracildo Dantas da Silva.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 3637), expedido nos autos do processo nº 0276600-65.2004.5.02.0064, em trâmite perante a 64ª Vara do Trabalho de São Paulo, movida por Carlos Roberto Januário.

Consta penhora no rosto dos autos (fls. 3774), expedido nos autos do processo nº 0199718-04.2002.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível do Foro Central, movida por Gráfica Veramar Ltda.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados é passado o presente Edital, que será publicado e, assim sendo o costume, afixado no lugar habitual da respectiva vara. E, caso as partes não sejam encontradas para intimação, ficam através deste, devidamente intimadas da designação supra. São Paulo 10 de julho de 2024. Eu, Gustavo Reis (Leiloeiro Público Oficial matr. 790), digitei e imprimi. Eu, (Chefe de Seção Judiciário) conferi.

DRA. MARINA DEGANI MALUF
JUÍZA DE DIREITO